



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS
METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB PARÁ (R\$ 196.406.316,00)	% RCL (R\$ 23.932.176,00)	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB (Realizado)	% RCL (Realizada)	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	30.399.239,00	15,48%	127,02%	39.233.492,33	19,98%	114,40%	8.834.253,33	29,06%
Receitas Primárias (I)	29.116.996,00	14,82%	121,66%	35.058.051,88	17,85%	102,22%	5.941.055,88	20,40%
Despesa Total	30.399.239,00	15,48%	27,02%	38.407.424,00	19,56%	11,99%	8.008.185,00	26,34%
Despesas Primárias (II)	29.108.877,00	14,82%	121,63%	34.820.951,33	17,73%	101,53%	5.712.074,33	19,62%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	8.118,00	0,00%	0,03%	237.100,55	0,12%	0,69%	228.982,55	2820,68%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.385.959,00	3,76%	30,86%	5.496.824,26	2,80%	16,03%	-1.889.134,74	-25,58%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.751.792,00	2,42%	19,86%	-257.306,41	-0,13%	-0,75%	-5.009.098,41	-105,41%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-348.562,00	-0,18%	-1,46%	1.042.854,43	0,53%	3,04%	1.051.175,26	-301,57%

FONTE: SEPLAD / SEFA

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

PARÂMETROS	VALOR PREVISTO 2022	VALOR REALIZADO 2022
PIB nominal ⁽¹⁾	R\$ 196.406.316.000,00	R\$ 196.406.316.000,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 23.932.176.000,00	R\$ 34.296.178.000,00

Fonte: SEPLAD / SEFA. Nota(1): PIB PARÁ 2022 não foi ainda apurado, permanece a estimativa de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS
METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(LRF, art.4º, §2º, inciso II)

O comparativo das metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores a 2024 com as projetadas para o período 2025-2027, demonstra a evolução das metas anuais previstas nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias, a preços constantes de 2022, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Com o avanço da vacinação e a consequente redução do isolamento social e restrição de mobilidade, a economia mostrou sinais de recuperação, o PIB Brasil registrou alta de 4,6%, em 2021.

O ano de 2022 ainda inicia com os impactos remanescentes da pandemia da Covid-19, o cenário ainda se revela incerto para a realização de projeções de perspectiva econômica para os anos subsequentes de 2023 a 2027. O nível de dificuldade para a realização de previsões da duração da pandemia e, consequentemente, seus reflexos sobre o nível de atividade econômica global e doméstica. Somam-se a esses fatos as tensões do conflito no leste europeu (Rússia e Ucrânia), que ampliaram o cenário de incertezas da economia mundial.

As metas estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias nos exercícios anteriores (2020 a 2022), e para os anos subsequentes 2024 a 2027 adotaram como referência o cenário macroeconômico nacional expressos na PLDO da União para esses períodos, nas perspectivas econômicas estaduais traduzidas pelos indicadores de crescimento de PIB Estadual, dimensionados pela FAPESPA.

Segundo esses indicadores, a economia paraense deve registrar no período 2024- 2027, tendência de crescimento econômico com relativa sustentação, o PIB Pará de 2024 deve crescer 2,82%, no ano seguinte 3,26%, em 2026 crescimento de 3,24%, e em 2027 o PIB segundo a FAPESPA deve crescer 4,01%.

No comparativo dos anos de 2022 e 2021, as projeções da LDO daqueles anos, revelam claramente a melhora do cenário econômico com o arrefecimento da crise pandêmica do Covid-19. A Receita Total projetada em 2022 foi superior a 8,79% a estimada para 2021. As Receitas e Despesas Primárias também tiveram evolução de 11,25% e 11,23% respectivamente, na comparação 2022 e 2021.

O Resultado Primário apurado pelo critério acima da linha, sem RPPS, foi superior em 332,96% em relação a meta de Resultado Primário de 2021. O Resultado Nominal, em menor proporção, também foi superior, 21,45%. Por sua vez, a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida, consideraram respectivamente, metas de crescimento de 3,04% e 10,62%, no comparativo de 2022 em relação 2021.

Para a LDO 2023, o governo estadual teve os devidos cuidados em projetar a evolução da Receita e da Despesa, e esse nível de responsabilidade se mostrou acertado, quando logo após a conclusão da LDO 2023 em abril de 2022, o Congresso e o Executivo Nacional aprovaram, em junho daquele ano, a Lei Complementar 194 que reduziu fortemente as alíquotas do ICMS incidentes sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público, que provocou perdas consideráveis na receita do ICMS para os Estados. Soma-se a isso, o acirramento do conflito Rússia e Ucrânia, com graves reflexos na economia mundial, a partir do recrudescimento da inflação e da elevação das taxas de juros nas grandes economias, inclusive a nacional que iniciou o ano de 2022 com a SELIC no patamar de 9,25% e encerrou o ano fixada em 13,75%.

Na LDO 2023, comparada a LDO do ano anterior, a Receita projetada foi 5,50% maior que a receita de 2022. Proporção abaixo da inflação naquele ano que foi de 5,79% (IPCA/IBGE). Por ocasião da conclusão da LDO 2023 em abril de 2022, a inflação acumulada nos últimos 12 meses, registrava no IPCA 12,13%.

A Receita e a Despesa Primária no comparativo 2023/2022 apontou evolução de 5,15% e 5,08% respectivamente. O Resultado Primário, acima da linha e sem RPPS, foi 262,21% superior ao fixado como meta para 2022. Já o Resultado Nominal (abaixo da linha e sem RPPS), foi 156,05% menor que a meta projetada para o ano anterior. Mesmo comportamento da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida que apresentaram queda de 4,86% e 74,16% respectivamente, na comparação das metas projetadas de 2023 em relação a 2022.

As metas fiscais projetadas na Lei de Diretrizes Orçamentária para este exercício (2024) e as projeções para os anos de 2025 a 2027, que também integram o Demonstrativo 3, reafirmam a preocupação do Governo Estadual em estimar suas Receitas e Despesas, observando as tendências da economia internacional e nacional e seus reflexos na economia estadual, além do emprego de metodologias de projeção das Receitas e Despesas, balizadas pelos indicadores da LRF e do controle dos gastos públicos, resguardando sempre o princípio do equilíbrio orçamentário.